

STJ00102213

JOHN RAWLS

# UMA TEORIA DA JUSTIÇA

Tradução de  
CARLOS PINTO CORREIA

 EDITORIAL PRESENÇA

FICHA TÉCNICA

Título original: *A Theory of Justice*

Autor: *John Rawls*

Copyright © 1971 John Rawls

Edição portuguesa publicada por acordo com Harvard University Press

Tradução © Editorial Presença, Lisboa, 1993

Tradução de: *Carlos Pinto Correia*

Ilustração da capa: *Shutterstock*

Capa: *Vera Espinha / Editorial Presença*

Composição: *Mirasete – Artes Gráficas, Lda.*

Impressão e acabamento: *Multitipo – Artes Gráficas, Lda.*

1.ª edição, Lisboa, 1993

2.ª edição, Lisboa, Março, 2001

3.ª edição, Lisboa, Abril, 2013

Depósito legal n.º 357 116/13

Reservados todos os direitos  
para Portugal à

**EDITORIAL PRESENÇA**

Estrada das Palmeiras, 59

Queluz de Baixo

2730-132 BARCARENA

info@presenca.pt

www.presenca.pt

## ÍNDICE

PREFÁCIO À EDIÇÃO PORTUGUESA .....	13
PREFÁCIO .....	19

### PARTE I – TEORIA

CAPÍTULO I – A JUSTIÇA COMO EQUIDADE .....	27
1. O papel da justiça .....	27
2. O objecto da justiça .....	30
3. A ideia principal da teoria da justiça .....	33
4. A posição original e a justificação .....	37
5. O utilitarismo clássico .....	40
6. Algumas distinções conexas .....	44
7. Intuicionismo .....	48
8. O problema da prioridade .....	53
9. Algumas observações sobre a teoria moral .....	57
CAPÍTULO II – OS PRINCÍPIOS DA JUSTIÇA .....	63
10. Instituições e justiça formal .....	63
11. Os dois princípios da justiça .....	67
12. Interpretações do segundo princípio .....	71
13. A igualdade democrática e o princípio da diferença .....	78
14. Igualdade equitativa de oportunidades e justiça puramente processual .....	84
15. Os bens sociais primários como base das expectativas ..	89
16. As posições sociais relevantes .....	91
17. A tendência para a igualdade .....	95
18. Os princípios relativos aos sujeitos individuais: o princípio da equidade .....	101
19. Os princípios relativos aos sujeitos individuais: os deveres naturais .....	105
CAPÍTULO III – A POSIÇÃO ORIGINAL .....	108
20. A natureza da argumentação em favor das concepções da justiça .....	108
21. A apresentação das alternativas .....	111

22. O contexto da justiça .....	114
23. Limites formais do conceito de justo .....	116
24. O véu de ignorância .....	121
25. A racionalidade das partes .....	125
26. O raciocínio conducente aos dois princípios da justiça .	130
27. O raciocínio conducente ao princípio da utilidade média .....	137
28. Algumas dificuldades causadas pelo princípio da utilidade média .....	142
29. Alguns argumentos principais em favor dos dois princípios da justiça .....	147
30. Utilitarismo clássico, imparcialidade e benevolência ....	153

## PARTE II – INSTITUIÇÕES

CAPÍTULO IV – IGUAL LIBERDADE PARA TODOS .....	163
31. A sequência de quatro etapas .....	163
32. O conceito de liberdade .....	167
33. Liberdade de consciência igual para todos .....	170
34. A tolerância e o interesse comum .....	175
35. A tolerância para os intolerantes .....	178
36. A justiça política e a constituição .....	181
37. As limitações ao princípio da participação .....	186
38. O princípio do domínio da lei ( <i>rule of law</i> ) .....	191
39. A definição da prioridade da liberdade .....	197
40. A interpretação kantiana da teoria da justiça como equidade .....	203
CAPÍTULO V – A DISTRIBUIÇÃO .....	209
41. O conceito de justiça em economia política .....	209
42. Algumas observações sobre sistemas económicos .....	214
43. As instituições de enquadramento relativas à justiça distributiva .....	220
44. O problema da justiça entre gerações .....	227
45. Preferência temporal .....	233
46. Outros casos de prioridade .....	237
47. Os preceitos da justiça .....	240
48. Expectativas legítimas e mérito moral .....	244
49. Comparação com as concepções mistas .....	248
50. O princípio da perfeição .....	255
CAPÍTULO VI – DEVER E OBRIGAÇÃO .....	261
51. Os argumentos em favor dos princípios do dever natural .....	261
52. Os argumentos para o princípio da equidade .....	267
53. O dever de obedecer a uma lei injusta .....	273
54. O estatuto do princípio do governo pela maioria .....	276
55. A definição da desobediência civil .....	281

56. Definição da objecção de consciência .....	285
57. A justificação da desobediência civil .....	287
58. A justificação da objecção de consciência .....	291
59. O papel da desobediência civil .....	295

### PARTE III – FINS

CAPÍTULO VII – O BEM COMO RACIONALIDADE .....	305
60. A necessidade de uma teoria do bem .....	305
61. A definição do bem para os casos mais simples .....	308
62. Nota sobre o significado .....	311
63. A definição de bem nos projectos de vida .....	314
64. Racionalidade deliberativa .....	320
65. O princípio aristotélico .....	326
66. A aplicação da definição de bem à pessoa .....	332
67. Respeito próprio, excelência e vergonha .....	337
68. Distinções entre o justo e o bem .....	341
CAPÍTULO VIII – O SENTIDO DA JUSTIÇA .....	346
69. O conceito de sociedade bem ordenada .....	346
70. A moral da autoridade .....	353
71. A moral de grupo .....	356
72. A moral baseada em princípios .....	359
73. Características dos sentimentos morais .....	364
74. A ligação entre atitudes morais e naturais .....	369
75. Os princípios da psicologia moral .....	372
76. O problema da estabilidade relativa .....	376
77. As bases da igualdade .....	382
CAPÍTULO IX – A JUSTIÇA COMO BEM .....	389
78. Autonomia e objectividade .....	389
79. A ideia de comunidade social .....	394
80. O problema da inveja .....	401
81. Inveja e igualdade .....	404
82. Os fundamentos para a prioridade da liberdade .....	409
83. A felicidade e os objectivos dominantes .....	414
84. O hedonismo como método de escolha .....	418
85. A unidade do eu .....	423
86. O bem do sentido da justiça .....	427
87. Observações finais sobre a justificação .....	434
ÍNDICE REMISSIVO .....	443